

O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército

Marcos Luiz Bretas ^a

Resumo: Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento da obra político-intelectual do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, decisiva para o estabelecimento das bases militares do Estado Novo (1937-1945). Suas ideias e ação conduziram o processo que fez do Exército Brasileiro, de instituição politicamente cindida desde as rebeliões dos anos 20, uma organização dotada de uma doutrina unificadora e demandas próprias.

Palavras-chave: Exército, política, República.

A revolução de 1930 teve entre seus resultados o lançamento de um grande número de políticos civis, que permaneceram por longo tempo vinculados aos grandes acontecimentos da história política do país. No âmbito militar, ocorreu – no nível da percepção mais imediata – a consolidação do prestígio do grupo dos *tenentes*, originário das rebeliões dos anos 20. Este grupo, entretanto, deve seu prestígio à

sua atuação política, não estando ligados às profundas transformações que sofreu o Exército Brasileiro no decorrer do primeiro governo de Getúlio Vargas.

No meio militar, emerge a figura imprecisa e paradoxal do general Góes Monteiro, ativo nos grandes momentos do período para, em seguida, mergulhar na penumbra reservada aos que despertam pouca ou nenhuma simpatia. Muitas apreciações

^a Historiador e professor, doutor em História.



podem ser acumuladas sobre Góes Monteiro, quase sempre num tom de desagrado mal disfarçado, como, para ficar num exemplo, o julgamento de Cordeiro de Farias:

Góes foi uma figura decisiva. Era um homem de inteligência fora do normal, profundo conhecedor de história militar. Era bonachão, tinha fama de beber muito, mas isso é uma injustiça. Gostava de uísque, tinha a fala mole, mas bebia sem grandes exageros. [...] Entretanto, era excessivamente ambicioso. Tinha coragem física, mas não tinha coragem moral¹.

Nesta linha, Góes ficou consagrado como o eterno candidato à presidência da República, sempre incapaz de obtê-la para si. Entre os cientistas sociais dedicados ao estudo do Exército Brasileiro, seu nome é referido como precursor da “doutrina de segurança nacional” elaborada pela Escola Superior de Guerra². Na história militar oficial, Góes Monteiro é uma personagem de bas-

tidores, mencionada sem comentários; não está entre os heróis que devem ser recordados.

Apesar destas restrições, Góes deve ser colocado no centro do processo de transformação sofrido pelo Exército Brasileiro nos anos 30, seja como o formulador mais coerente de um papel para o exército na sociedade, seja como ator decisivo na realização – ao menos parcial – do seu projeto.

Discursando em homenagem a Góes, falou José Américo de Almeida: “As homenagens que vos são tributadas, hoje, exprimem, só por si, os valores da vossa formação. A dos militares consagra vossa formação de soldado; a dos civis preconiza vossa mentalidade de cidadão”³. O esquecimento a que é relegado atualmente atinge aquele que para os civis era um militar e, para os militares, agia como civil. O preço pago pelo sucesso de seu projeto militar foi a sua própria condenação como desviante, fator que Góes provavelmente não ignorava, pois mais de uma



vez se referiu às próprias atitudes como destinadas a evitar que fatos semelhantes ocorressem no seio da organização.

Tento nesse trabalho dar alguns passos⁴ para o conhecimento da obra de Góes, destacando em sua biografia os elementos que informarão os seus trabalhos do período mais criativo, do intelectual no auge da vitalidade, entre 1932 e 1935, quando estabelece as bases militares do Estado Novo. Esta trajetória coincide com o retorno do exército ao centro das atividades políticas, a partir das rebeliões dos anos 20. Ao iniciar esta jornada, o exército brasileiro encontra-se cindido, com ideias e lideranças o disputando como sustentáculo para seus poderes locais ou projetos nacionais. Quando o governo Vargas chega a seu ponto de maior força, no Estado Novo, o exército tem outro aspecto, unido – ou ao menos se apresentando como tal externamente – com as condições de profissionalização requeridas pelos “jovens turcos” há vinte anos já atendi-

das, apresentando suas reivindicações como organização. Nesta passagem de uma instituição dividida para a organização possuidora de uma doutrina unificadora e demandas próprias, é difícil deixar de ressaltar o papel do general Góes Monteiro.

A FORMAÇÃO DO REVOLUCIONÁRIO: HISTÓRIA DE UM LEGALISTA

A carreira de oficial do exército era, na República Velha, mais uma contingência que visava alcançar certo padrão de vida que uma opção definida por vocação. Estes oficiais por necessidade faziam carreiras obscuras em regimentos de fronteira, esquecidos das promoções decididas na capital federal e nas sedes das Regiões Militares, para acabarem reformados, insignificantes e esquecidos. A exceção aparecia pelo apadrinhamento, quando algum oficial general de prestígio apoiava e trazia para os



centros de decisão os seus apadrinhados.

Arrimo de extensa família (nove irmãos), tudo indicava que a carreira do alagoano Pedro Aurélio de Góes Monteiro seria feita no interior do Rio Grande do Sul, sem incidentes dignos de nota⁵. A garantia de sua estabilidade era dada pelo casamento, realizado numa família de projeção em Alegrete. As pretensões intelectuais e a afinidade com os movimentos renovadores no exército aparecem de forma incipiente na publicação de um primeiro trabalho – sobre a batalha de Waterloo – em 1908 e na colocação como representante da revista dos “jovens turcos”, *A Defesa Nacional*, na guarnição de Alegrete⁶. Esta atividade discreta vai sofrer uma reviravolta a partir de sua vinda para o Rio de Janeiro, aonde vem cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Este curso era então dirigido pelos oficiais da Missão Militar Francesa (MMF) e alterava os padrões tradicionais de formação da oficialidade brasileira. São os

oficiais franceses que vão “descobrir” as qualidades militares do “oficial provinciano, bisonho”, Góes Monteiro, classificado em segundo lugar no exame de cavalaria ao fim do curso, e encaminhado para a Escola de Estado-Maior, também sob a orientação da Missão.

Da instrução recebida nos cursos dirigidos pela MMF ficarão alguns dos elementos principais do pensamento militar de Góes Monteiro e sua geração⁷. No bojo da renovação são reformadas as concepções estratégicas, voltadas para a definição de um “inimigo principal” – no caso brasileiro, a Argentina – e de um plano de guerra que mobilizasse todos os setores da nação. Góes Monteiro, em um de seus primeiros trabalhos, explicita claramente estes conceitos:

De um momento para outro, [é possível que o Brasil] possa ser envolvido num conflito externo, cuja melhor maneira de evitar ainda será, por muito tempo, dadas as condições



naturais do mundo – estar-se bem preparado para ele.

O ponto de partida é, naturalmente, considerar, entre todos os países continentais, aquele que for o mais forte, portanto o mais perigoso no caso de agressão, e sobre os recursos – avaliados sem restrições – raciocinar acerca da maneira mais eficaz de reagir contra os ataques.

Se se imaginar uma agressão rápida e violenta, com o emprego de todos os meios, pelo inimigo mais provável, dentro de um prazo verossímil após a abertura de hostilidades – coligidos estarão os dados precisos para conhecer as próprias necessidades e de que maneira, no tempo e no espaço, se poderá enfrentá-lo. Daí surgirão, em substância, as bases para uma organização militar em tempo de guerra, com os elementos de que se há de lançar mão, em terra, no ar e no mar, com um mínimo indispensável à própria defesa. Será então estudado e estabelecido um plano de guerra [...] ⁸.

Na análise feita por Góes, a elaboração deste “plano de guerra”, esbarrava em dois problemas: a incúria dos políticos e o

antimilitarismo do povo brasileiro.

Na relação entre as Forças Armadas e a política, Góes reflete mais uma vez a doutrina francesa: o exército deve ser o “Grande mudo”. A conjuntura brasileira dos anos 20, entretanto, coloca o problema da manipulação por “políticos inescrupulosos, que não têm desistido de atrair os membros das corporações armadas para o campo das lutas partidárias”. Estes mesmos políticos, quando no poder, nada fazem para melhorar a situação das Forças Armadas. “As atitudes singulares do Barão do Rio Branco, de Pedro Lessa, Bilac, Félix Pacheco, Calógeras e outros expoentes destoam da regra geral, causando mesmo espanto e controvérsia.” Daí o descrédito na ação dos políticos que, ao se agravar, entrará em conflito com o postulado da neutralidade militar. Neste primeiro momento, porém, o que se coloca é um apelo aos “estadistas de ânimo forte e resoluto, que estão imprimindo novo e mais seguro ânimo às



energias nacionais, [que] não devem esquecer o elemento garantidor do seu desenvolvimento pacífico. Os homens públicos devem ser solicitados a tomar contato mais direto e estreito com as classes armadas, para conhecer melhor suas necessidades e poder satisfazê-las”.

O povo brasileiro, cheio de “aglomerados sub-raciais e indefinidos, nos quais predominam influências atávicas bem inferiores”, caracterizado sempre por sua “índole pacífica”, pela “ojeriza quase invencível pelas coisas militares” significará sempre na obra de Góes um elemento a ser vencido, um obstáculo na marcha inexorável da Nação.

As concepções teóricas do brilhante aluno dos franceses encontram campo real de aplicação a partir de 5 de julho de 1924 em São Paulo. A postura de Góes diante das agitações militares havia sido sempre discreta, “porque estava convicto de que, tendo prestado juramento militar em defesa das instituições, era ridículo repeti-lo toda vez que

exigiam”⁹. Essa atitude gerava desconfiças de parte tanto dos revoltosos como dos legalistas ou em outras situações, confiança, como por parte de João Alberto que, falando da participação de Góes neste período, afirma que “assim como em 1922 seus zelos legalistas não iam muito longe” o que motivou a boa aceitação de seu nome pelos tenentes em 1930¹⁰ criando uma situação incômoda. Em 1924, Góes é enviado para São Paulo e começa a tomar contato com o exército brasileiro em operações, considerando aqueles que estão a serviço da Pátria “péssimos brasileiros uns, inconscientes, nulos e irresponsáveis outros”¹¹.

Com a fuga dos revolucionários de São Paulo, Góes retorna ao Rio, para a Escola de Estado Maior onde era professor, mas não ficaria aí muito tempo, logo deslocado novamente para perseguir os revoltosos, o que seria sua rotina até 1927. No Paraná, para onde é enviado, chefia o Estado-Maior do coronel. Álvaro Mariante, que se tornaria o prin-



cial responsável por sua carreira até 1930, quando Góes afirma: “Eu sou obra do acaso e do Gen. Mariante”. Ao lado de Mariante, promovido a general em 1926, Góes combaterá a Coluna Prestes (1925-1927) e, depois, irá para a Diretoria de Aviação, fazendo uma rápida carreira até tenente-coronel.

A participação direta no conflito vai permitir que Góes sistematize suas críticas à situação do Exército Brasileiro, tendo como explicadores extra organizacionais os já referidos: o antimilitarismo do povo e o desinteresse dos políticos. Relacionando diretamente a problemática com as dificuldades encontradas para derrotar a Coluna Prestes, Góes aponta o “fato de estarmos desprovidos dos fatores principais da vitória, subsistentes em todos os tempos e que como é sabido são, na ordem de importância crescente: material, tropa e chefe”¹².

As deficiências materiais são facilmente constatáveis, devido à escassez de recursos e a extensão

do território brasileiro, agravada pela organização política, “pois é preciso atender simultaneamente os interesses nacionais, estaduais, regionais, municipais e até os interesses individuais”¹³. Surge aqui a crítica do regionalismo e da forma federativa brasileira, crítica que unifica os militares legalistas e os tenentes e aponta para a única perspectiva de consenso entre os militares, que Góes formulará na década de 30: um governo centralizador e autoritário.

Sobre a tropa – vistas as concepções de Góes sobre a formação étnica do povo brasileiro – era de se esperar uma opinião depreciativa do soldado brasileiro. Pelo contrário, o material humano é considerado bom: no combate à Coluna, Góes se utilizará de jagunços, o elemento humano regional que ele considera o mais adequado ao meio. O problema da tropa é ela ser “sem coesão, sem homogeneidade, sem instrução e sem *élan*; incapaz de se sacrificar, sujeita a pânico e a dissociação fácil”. São



deficiências morais e técnicas, que refletem a incapacidade técnica de seus comandantes e a “falta de confiança dos subordinados em seus superiores hierárquicos, cuja ascendência intelectual e moral sobre aqueles, muitas vezes é nenhuma”¹⁴.

Sobre os comandantes, a apreciação de Góes é violenta: “A maior parte dos oficiais constitui um corpo de profissionais apenas pela indumentária, por outras aparências exteriores, e no fato de querer que a profissão seja cabalística e monopólio deles.” Os jovens não buscam voluntariamente a carreira militar, a não ser por necessidade financeira – como parece ter sido o caso do próprio Góes. Aquele que deseja dedicar-se ao trabalho, esbarra, em primeiro lugar, na educação defeituosa; para as promoções, forma de ascensão profissional, “a seleção, em regra, inverte o princípio das capacidades para premiar os que se fazem favoritos”¹⁵, sendo necessário “um sistema mais racional de promoções [que venha] estabelecer,

realmente, princípios que tragam recompensas ao mérito e ao trabalho profissional, em vez de fulminar aspirações lícitas, pelo uso e abuso de processos que só acarretam discórdias e desânimos”¹⁶.

Esforços para melhorar são constatáveis, principalmente da parte da Missão Militar Francesa, mas mesmo estes “não têm conseguido senão um rendimento mínimo, isso mesmo teórico, tantas são as resistências de toda sorte que oferecem, velada ou ostensivamente, elementos do nosso Exército”¹⁷.

Apesar destas ideias, Góes é promovido de capitão a major em apenas dois anos, devido à sua posição no estado-maior do comandante geral das forças em operações. Quando a Coluna Prestes atravessa a fronteira e as forças legais são dissolvidas, Góes reassume o lugar de professor na Escola de Estado-Maior, mas não permanece muito tempo, logo convocado pelo general Mariante para chefiar seu gabi-



nete na Diretoria de Aviação Militar.

Em 1929, alguns episódios contribuem para tornar Góes Monteiro mais suspeito para a cúpula militar. Em primeiro lugar a sua presença no hotel em que se hospedava Flores da Cunha, que viera romper, em nome do Rio Grande, com Washington Luiz, tendo encontrado diversos políticos gaúchos, seus conhecidos do tempo em que residira naquele estado, aos quais teve que cumprimentar, sendo fotografado no meio deles. Segundo Góes, sua presença ali era acidental, em visita ao cunhado que também era hóspede do hotel.

A repercussão deste episódio se agravou quando Góes foi encarregado de um inquérito policial militar para investigar a acusação de que um oficial da Escola de Aviação Militar, Lysias Rodrigues, estava fazendo propaganda da candidatura Júlio Prestes. A conclusão foi afirmativa, tendo sido este oficial punido com trinta dias de detenção.

No início de 1930, Góes é transferido para o serviço arrematado, lotado no 3º RCI em São Luiz Gonzaga das Missões, “a pior guarnição do Rio Grande do Sul”, tendo ainda como desafetos pessoais o Comandante da Região e o da Divisão de Cavalaria a que pertencia o regimento.

Os conspiradores da Aliança Liberal recebem Góes festivamente, tentando conquistá-lo. A atitude de Góes, a partir de suas primeiras conversas com Osvaldo Aranha, é dúbia. Concorde com as críticas feitas pelos revolucionários ao governo federal, mas defende a legalidade, não se dispondo a ser um revolucionário, mas colaborando na resolução de problemas que estes lhe apresentam.

O contato com o regimento que iria comandar, em precárias condições, é assim descrito:

Tenho cerca de 600 homens. Destes, 450 recrutas, quase todos analfabetos, distribuídos por 2 esquadrões. Estão mal fardados, mal arrumados (não tenho munições nem



armas suficientes); mal alojados. Para instruí-los, apenas 4 oficiais, uns 15 sargentos e uns 20 cabos – atrasados, ineptos ou inexperientes. Cavalhada em condições precárias e apenas uns 150 animais em condições de serem montados. É um problema quase insolúvel¹⁸.

Os bons oficiais foram removidos sem substitutos. Os que restaram eram ou desqualificados ou inimigos do comandante da região (general Gil de Almeida, chamado por Góes de general vil). A primeira disposição de Góes é impor uma rígida disciplina no regimento, para melhorar o trabalho, o que chega a criar indisposições entre ele e os outros oficiais. Este ânimo, que esbarra na oposição de seus subalternos e superiores, esvazia-se rápido, a ponto de em junho Góes escrever que pretende reduzir o ritmo de atividades: “De fato, é uma tolice rematada eu querer naquele *far-west* longínquo, fabricar um arremedo de regimento alemão”¹⁹.

O comandante da região é o principal alvo de suas críticas; antipatizado por quase todos os oficiais, comanda a Região da forma que quer, amparado pelo ministro da Guerra (cargo a que aspira): “é verdadeiramente despótica a sua grosseira autoridade que quer tudo reduzir a uma disciplina servil e ao abastardamento do caráter, por humilhações e toda sorte de perseguição que inflige aos seus subordinados que não lhe são cortesãos e sabujos”²⁰.

Indisposto desta forma com os seus superiores, a carreira de Góes, que sofrera forte aceleração, chega a um impasse; não parece haver novas perspectivas para ele dentro do Exército. Mal visto, considerado suspeito por suas críticas (sem aquilo que ele chama “vantagens” da suspeição, que são a conservação no Rio para vigilância, a permanência sem funções etc.), isolado numa guarnição do interior, Góes encontra-se numa situação de final de carreira. É difícil dizer por que não recorreu ao “padrinho” Ma-



riante neste momento. Talvez a sua capacidade de proteção para o afilhado tão indisciplinado estivesse abalada, ou então suas relações de amizade com o comandante da 3ª Região, o general Gil, pudessem criar um conflito de solidariedade – entre o protegido e o colega de posto – que não lhe permitiria agir. Em suas cartas a Caiado, Góes insiste para que Mariante não seja informado do que ocorre. Começa a pensar em reformar-se e tentar servir ao Brasil fora do “cadavérico meio militar”.

No relacionamento com os revolucionários, os problemas pessoais de Góes com a organização militar são fundamentais (mesmo que ele o negue). A aceitação dos riscos depende, em grande parte, da sua falta de expectativas. A posição de Góes, que se definia por procurar o “mal menor”, razão apresentada para sua opção pela legalidade, sob pressão, muda rapidamente. Passa da negação de regimes que gerem “o despotismo e a anarquia” para uma opinião muito

diferente; “organização de associações secretas, em forma de fascismo nacional, com a finalidade de combater por todos os meios esses males orgânicos [as crises política, militar e social] com sanções inexoráveis para os que faltarem aos deveres e compromissos assumidos. Sei que é um perigo; mas talvez o perigo evite outro maior”²¹.

A opção por um revolucionarismo de tipo fascista deve ser relativizada, devido à indefinição da própria ideia de fascismo. Este é indicado como solução para os problemas nacionais também pelo capitão Frederico Cristiano Buys, que o considera expressão da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII²². De todo modo, a ideia de organizar associações secretas no Exército, partindo de um oficial altamente profissional como Góes, denota alterações profundas de comportamento, devidas à falta de perspectivas das Forças Armadas – e dele em particular – no regime vigente, sem envolver a concepção ante-



rior de função do Exército, que será retomada logo após a crise.

O assassinato de João Pessoa reaviva o fogo dos revolucionários, obrigando Góes a definir melhor as condições para comandar o levante: participação de todo o Rio Grande, da situação de Minas, da Paraíba e das oposições estaduais, além de dinheiro e material para sustentar a luta armada por muitos meses. Na verdade Góes não acredita no apoio de Borges de Medeiros e do grosso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Mesmo havendo este apoio, a desconfiança de Góes em relação aos políticos tradicionais é visível: “Se houver [luta], será com eles [os políticos] (dos dois lados) em bons esconderijos. Os miseráveis de sempre pagarão o pato. Quem quiser que se iluda com palavreados cinzentos ou brancos. Vinhos da mesma pipa, farinha do mesmo saco”²³.

Durante o mês de agosto o apoio chega. Em Minas é preciso apenas esperar a posse de Olegá-

rio Maciel. As bases estão estabelecidas:

Preparação demorada e completa, prevendo todas as eventualidades más: elementos, disposições tomadas e a tomar; o que é certo, duvidoso e contrário; quais os obstáculos iniciais a vencer e como eliminá-los, etc. Execução tão rápida quanto possível, e de surpresa. Os atos preparatórios dela, e os imediatos, devem ser previstos e calculados cuidadosamente em todas as minúcias, inclusive a fixação da época [...] Tudo indica – a primeira década de outubro [...]”²⁴

Da parte de Góes, tudo se definia. Agora era preciso esperar o início de outubro, quando uma suposta operação da esposa o levaria a Porto Alegre, para de lá sair como chefe revolucionário.

NO COMANDO DA REVOLUÇÃO: GÓES MONTEIRO TENENTE

A vitória da revolução de 1930 introduz uma alteração



fundamental no ponto de vista de Góes Monteiro. Se antes a questão das transformações na sociedade situava-se basicamente no nível da abstração de um oficial subalterno, havia agora que resolver o problema concreto da implementação dos projetos no seio de um governo sustentado por uma aliança extremamente frágil, pela diversidade de seus componentes. Dentro do Exército é superado o problema ético inicial, a quebra da hierarquia, que acontece momentaneamente na própria revolução, para se recompor em seguida ao movimento pacificador, já com Góes se situando no escalão superior. Permitindo-se agir, como coronel e logo general – postos onde a atividade se legitima – restarão os conflitos criados na recomposição; atingindo Góes, entre os oficiais generais, em diversos conflitos com os sobreviventes da Velha república, bem como entre os oficiais subalternos, ligados a ele na prática tenentista, pela confusa divergência entre “rabanetes” e “picolés”. Além

disso, resta assegurar, como oficial superior, que seu próprio gesto de rebeldia não mais se repita²⁵.

O imediato pós-30 é o momento decisivo na definição política de Góes pois, se já existe um conjunto de ideias e expectativas, há muito pouco definido sobre o como atingi-las. Dois pontos são essenciais na sua atuação neste momento: a conservação de um poder armado, seu cacife no jogo político, e a escolha das alianças que definirão as condições de avanço e a direção do movimento revolucionário.

O grande problema para a manutenção do poder militar foi criado pela frustração da vitória militar a partir do movimento de 24 de outubro no Rio de Janeiro, quando alguns generais derrubaram Washington Luiz. A reação de Góes é imediata e a mais rígida, exigindo a entrega do governo a Vargas, numa tentativa de preservar as vitórias da revolução no meio militar. Seu êxito é apenas parcial, pois o acordo efetivado implica na conservação



dos ministros militares da Junta. Esta “contrarrevolução” conteve o expurgo militar – apesar de não eliminá-lo²⁶ - conservando parte da antiga estrutura e, consequentemente, gerando conflitos entre oficiais revolucionários e os não revolucionários, preservados em postos importantes da estrutura de mando do Exército.

A oposição de Góes é relatada por um dos membros da Junta, o general. Tasso Fragoso:

Achando-se à frente de hostes numerosas, não pôde o chefe do Estado-Maior do Dr. Getúlio Vargas renunciar sem mágoa à ideia de conduzi-los, com o talento guerreiro de um Napoleão e mediante grandes trabalhos à conquista da Capital Federal. Todos os seus planos grandiosos ruíram por terra inesperadamente, e a glória, que prelibara, de atravessar as ruas dessa capital aclamado como César invencível esvaneceu-se, deixando-lhe n’alma o laivo de um grande despeito, que ele não soube disfarçar em Ponta Grossa, quando ali chegaram os enviados da Junta Governativa. Daí a atitude

hostil a esta Junta, atitude que caracterizou seus atos subsequentes^{27 28}.

A consequência principal e mais imediata deste conflito foi a manutenção, até abril de 1931, do Estado-Maior revolucionário, no Rio de Janeiro, como um comando paralelo dentro do Exército.

A divisão interna do Exército coloca Góes como elemento do grupo tenentista, os revolucionários históricos. Essa aproximação é acentuada pela dificuldade de Góes no meio político. De sua postura anterior permanecem desconfiças em relação aos políticos, há muito manifestadas, que incluíam os componentes da Aliança Liberal. Colocado nesta situação reforça-se a sua identificação com aqueles que enfrentam os mesmos problemas, e que ensaiam uma prática que pode ser considerada política e militar: os tenentes.

A prática de Góes como tenente se conjuga com o apogeu dos tenentes como grupo, nos



anos de 1931 e 1932, e seu afastamento é a percepção da inviabilidade do movimento. Existem dois lados em sua atuação neste momento, que não podem ser vistos isoladamente e que podem ser expressos como a atuação de nível geral e a de nível específico. No plano geral esta ação se expressa nas diversas tentativas de dar organicidade ao movimento, como forma de dirigir a nação. Os pontos fundamentais desta prática são expressos em diversos compromissos firmados por tenentes, ensaiando formas organizativas como a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro, na intenção de sustentar o governo ditatorial. A atuação específica de Góes dirige-se para um local que poderia parecer inesperado, não fosse a sua importância na conjuntura, a inexistência de quadros tenentistas adequados, e mesmo o laço de parentesco entre Góes e João Alberto, que os aproxima no movimento de 30, colocando-o como um dos homens fundamentais no desenrolar do chamado “caso paulista”.

As tentativas de criar um órgão de apoio à revolução desligado dos partidos regionais têm início logo em seguida à posse do governo revolucionário, em meados de novembro de 1930. Num pacto firmado em Poços de Caldas-MG, Aranha, João Alberto, Juarez Távora e, possivelmente, Góes discutem e aprovam a ideia da criação da Legião, organismo de massa, provavelmente visando transformar-se num partido nacional, de apoio ao governo²⁹. Em 13 de novembro, João Alberto divulga a ideia em entrevista; Aranha realiza reuniões para elaborar um programa, que não dão resultado por causa da exigência de que o grupo diretor seja composto exclusivamente de revolucionários. Este é um dos pontos principais da prática tenentista do período, o exclusivismo. Os conflitos e as desconfianças geradas em relação aos não participantes da revolução fecham o grupo, exigindo um “passado revolucionário”, como nas fichas de inscrição do Clube 3 de Outubro, onde consta este



item. Se isto por um lado facilitou a coesão interna, por outro dificultou o desenvolvimento de alianças, aumentando o isolamento.

O lançamento oficial da Legião de Outubro se faz através de um manifesto assinado originalmente por Aranha, Góes, Leite de Castro e Isaías Noronha. Significativamente, em mais uma demonstração do purismo revolucionário, a publicação nos jornais, em 15 de novembro, só apresenta as duas primeiras assinaturas. A Legião devia congregar “todos aqueles que querem continuar a servir a causa revolucionária, seja empunhando novamente armas, logo que a Legião os chamar, seja cumprindo o seu dever de trabalho intenso, no lugar que ocupam na vida civil, mas de acordo com o vasto programa de uma nova vida brasileira que o Governo Revolucionário está elaborando”³⁰.

A organização que se esboça inspira-se nos modelos fascistas europeus, excluindo o culto da personalidade, corporificando a

expressão de Góes, já citada, do “fascismo nacional”. O essencial é a sobreposição da milícia ao Exército como elemento responsável pela manutenção e avanço da política autoritária. Representa a primeira via de resolução do conflito interno das Forças Armadas, através da constituição de uma força paralela nacional, que além de referenciar-se num modelo externo encontra, provavelmente, forte repercussão entre os tenentes recém-anistiados, desiludidos com o Exército.

A curta trajetória da Legião de Outubro é analisada pelo próprio Góes, que atribui o seu fracasso “à resistência ativa da frente única rio-grandense, do Partido Democrático, de São Paulo; do PRM, e de outras organizações que tomaram parte na Revolução; e à resistência passiva das outras agremiações políticas derrubadas, em 30, do poder”³¹. O movimento legionário encontrou dificuldades de penetração em diversos Estados e, onde penetrou, foi capitalizado por for-



ças políticas regionais, cindindo-se em diversas legiões.

Fracassada enquanto movimento nacional, a Legião é abandonada, e com ela a experiência de mobilização de massa. A partir daí os movimentos de organização se farão dentro do Exército, buscando a ação deste ou ao menos de parte dele, de forma coesa como grupo de pressão. Em fevereiro de 1931 é firmado um “Pacto de Honra”³², dividindo o Brasil em três áreas de influência, sob o comando de Góes (Sul), Leite de Castro (Centro) e Juarez Távora (Norte). Estes oficiais estabeleceriam um controle revolucionário no Exército, junto aos comandantes de região, mantendo no comando de unidades e nas chefias de serviço oficiais revolucionários ou que inspirem confiança à Revolução. Nas regiões onde não fosse possível colocar um comandante de confiança, seria designado um oficial como subdelegado, representante dos interesses revolucionários. Esta função de “espionagem”, segundo João Neves, deveria ser exercida

por Alcides Etchegoyen junto ao general Andrade Neves na 3ª RM³³.

Junto ao governo os delegados deviam pleitear, sem demora, uma série de medidas, de alcance especificamente militar, visando pacificar o Exército, pela solução dos problemas de pessoal e promoções, e assegurar o controle dos revolucionários, pela remoção e reforma dos elementos não confiáveis. Ao restringir o alcance das medidas à organização, obtém-se um grau muito maior de união mas, ao insistir na questão da confiança revolucionária, fecha-se uma porta vital para a tranquilidade do Exército neste momento.

Outro documento do mesmo gênero é elaborado em 2 de maio de 1931, por um grupo de militares revolucionários que se autodenominam representantes da Força. Analisando os seis meses decorridos da revolução, apontam duas tentativas frustradas de seu grupo: a organização da Legião, a Grande Ideia, o Grande Partido Nacional, que fracassou pela di-



visão nos estados, com programas que vão da direita (Minas Gerais) à esquerda (São Paulo) e, diante deste quadro, a organização da frente-única no Exército, homogeneizando pela colocação de Góes na chefia do Estado-Maior do Ministério da Guerra, dando-lhe autonomia e função de comando, iniciativa sustada pela forte reação que suscitou – como a expressa por Bertoldo Klinger: “Fizessem-no papa ao coronel – o governo era discricionário – mas primeiramente tivessem a coragem de fazê-lo cardeal”³⁴.

Se as iniciativas revolucionárias fracassavam, o mesmo não se podia dizer da ação dos políticos. Os partidos reivindicavam a convocação de uma Assembleia Constituinte, numa eleição para a qual os revolucionários não se achavam preparados. Estes defendiam um acordo entre as forças participantes do movimento de 30, que garantisse a permanência da ditadura. “O momento político pode ser representado pela seguinte igualdade: Federação e Democracia, próximos =

Desmembramento. O regime unitário, com um governo ditatorial, embora temporário, significa, fortalecimento da ideia de Pátria Uma e indivisível, garantia maior de brasilidade, união e centralização políticas”³⁵. O documento conclui “sugerindo” a Getúlio que continuasse a governar discricionariamente – autorizando quando fosse oportuna uma constituição provisória – enquanto fosse necessário para a realização do programa revolucionário.

A partir do fracasso da ideia do Partido Nacional, começam a tomar forma propostas de organização do Exército, através das iniciativas já apresentadas, do Pacto de Honra e da investida sobre a chefia do EME. Fica rapidamente claro que qualquer iniciativa revolucionária não mobilizaria o Exército como um todo. Apreendida a inviabilidade das organizações de massa e mesmo da utilização do Exército, ao menos temporariamente, como elemento de pressão, cresce a ideia da criação de um grupo de



pressão, composto de revolucionários autênticos, preferencialmente militares, articulados numa organização capaz de agir em defesa dos interesses revolucionários: nasce daí o Clube 3 de Outubro.

A mais conhecida e estudada – embora ainda insuficientemente – das organizações revolucionárias, o Clube chama a atenção, mesmo em sua época, pela influência que mantém durante certo período. Criado sob a liderança de Góes e Aranha, os mais importantes ativistas deste período, o Clube cresce como alternativa à retomada do controle político pelos partidos oligárquicos. Durante o segundo semestre de 1931, inúmeros cargos de importância, principalmente as interventorias, caem nas mãos de elementos ligados ao Clube. Este acúmulo de poder, entretanto, provoca reações dentro e fora das Forças Armadas. No Exército, o movimento que ficou mais conhecido em reação ao Clube é a chamada União da Classe Militar, pregando o afastamento dos mili-

tares dos cargos políticos, que recebeu manifesto de apoio de diversos generais³⁶.

Deste movimento surge o Clube 24 de Fevereiro, alusivo à data da assinatura da Constituição de 1891, que vai constituir o germe da adesão militar à Revolução de 32. À reação militar contra o poder dos tenentes junta-se a articulação das forças políticas em torno da bandeira constitucionalista. Góes, dedicado a estabilizar a situação política em São Paulo, busca aproximar-se dos partidos tradicionais, contrariando as forças tenentistas locais. Percebendo a inviabilidade do projeto político dos tenentes – cada vez em maior isolamento – Góes vai se afastar, o que coincide com o declínio dos tenentes (alguns autores falam em fim do movimento) e com a eclosão da guerra paulista.

Um elemento significativo para constatar a trajetória de Góes nesse momento é perceber como a maior parte desta atividade desaparece em suas memórias, vinte e cinco anos depois.



Sobre a Legião não há referências e quanto ao Clube, tem uma breve aparição, na qual o General explica que ele o criou para “impedir que os *tenentes* levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Clube, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas”³⁷. Parece difícil para Góes perceber a mudança de opinião ocorrida, e justificar a ação política de grupo, com pretensões hegemônicas, que desempenhou neste período. O Clube retirava a política do Exército pela impossibilidade de controlá-lo, objetivando estruturar este controle via poder federal, desenvolvendo a política característica da década de 30 no Exército: o expurgo.

O VENCEDOR QUER MAIS: O PROJETO FICA PRONTO

A vitória sobre os revoltosos de São Paulo serve como marco

divisor na vida de Góes Monteiro, que abandona definitivamente a prática definida pelo chamado grupo tenentista. Na verdade, pode-se mesmo dizer que o levante paulista foi o golpe mortal neste movimento como um todo, abrindo caminho para novos padrões de participação e esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão.

No caso de Góes, o abandono dos laços que o prendiam ao grupo revolucionário militar significa uma reformulação tática e estratégica, tendo como orientação preliminar a derrota sofrida. De fato, a revolução constitucionalista significou um fracasso político para Góes, pois assegurou a reconstitucionalização do país, destruindo as suas aspirações de conservação da ditadura: “Este governo que tem de se basear na força deve estender o seu período de duração tanto quanto seja preciso, até que possa estabelecer solidamente as novas fundações sobre que deve assentar o regime futuro [...]”³⁸. Por outro lado, a derrota militar dos



constitucionalistas permitiu o afastamento de uma facção importante do Exército – contrária às intervenções – abrindo caminho para novas promoções de oficiais ligados a Góes. O grupo de oficiais gerais originado do Destacamento Leste (comandado por Góes Monteiro) será a base do Exército até o Estado Novo³⁹.

A partir de então as colocações se alteram; trata-se agora de preparar a nova ditadura, que virá após uma constituinte inevitável. Para isto torna-se necessário reforçar e unificar as Forças Armadas e o poder do Executivo, o que define as principais linhas de ação de Góes Monteiro até 1935.

A transformação ocorrida em 32 é claramente perceptível em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Este livro contém artigos escritos antes de julho de 32 e uma entrevista datada de novembro de 1933. Nos primeiros artigos discutem-se as possibilidades da revolução de 1930, a infinidade de problemas que ela devia enca-

rar e mesmo algumas conquistas imediatas: “a) de um modo geral moralidades na administração pública; b) saneamento parcial; c) respeito aos direitos individuais, apesar dos poderes discricionários das autoridades; d) aplicação lógica das rendas e economia intransigente; e) indícios claros de tendências progressistas no domínio político-social e jurídico com adoção de novas normas do governo que poderão nos conduzir a nos fixarmos num sistema ou num regime que mais nos convenha, encaminhando e assegurando as soluções vitais da nacionalidade sobre a base da unidade política, autonomia administrativa, representação de classes e associações do interesse coletivo, centralização maior pelo Estado, etc.; f) a indisciplina fatal, fruto da revolução, tende a desaparecer; g) instituição de um Governo Provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las no caminho da ordem e do progres-



so”⁴⁰. Sobre o Exército, faz-se necessário, segundo Góes, o “saneamento implacável do pessoal” e a modernização, vinculados ao aumento da riqueza nacional, efetuada dentro de um plano pré-estabelecido, de pelo menos sete anos; para tal a questão imediata é a reforma dos órgãos de comando, as “funções cerebrais superiores (sem as quais) o Exército, que é um organismo vivo, viverá, apenas, uma vida inferior, destituída de objetivos, sem finalidade lógica, fora do sentido real do momento brasileiro e na incompreensão das suas próprias necessidades”⁴¹.

Os artigos seguintes apon-tam mais diretamente para o problema militar. Daí é retirada a tantas vezes citada frase sobre deixar de fazer política *no* Exército para fazer a política *do* Exército. O liberalismo da República Velha, fonte dos males pátrios que alguns pensam restabelecer, criou um discurso de Exército apolítico que, na verdade, pretendia regular e atrair para os interesses políticos a intervenção

militar. Segundo Góes, o Exército tinha de ser político na medida em que a política da guerra era definida pelo poder civil. O conceito de defesa nacional, pela qual velava o Exército, incorporava toda a atividade política, na regulação da atividade econômica, das relações internacionais etc. A transformação do Estado era uma necessidade das Forças Armadas, pois sem isso não teriam, como nunca tiveram, condições para cumprir sua missão, e o retorno ao liberalismo afetaria profundamente o Exército. A solução do problema, porém, não seria “*normalmente*, da competência do poder militar”. As situações anormais não são explicitadas por Góes, mas a advertência vai surgindo cada vez mais nítida: “sempre se fala com mais clareza, e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama”⁴². Góes conclui reafirmando a necessidade da organização militar, seja para a defesa externa seja como defensora da unidade nacional; os



despreparados devem sair, os que desejam voltar devem sofrer um processo de seleção pela capacidade, para que as Forças Armadas possam cumprir seu papel “a favor da Nação brasileira unida e forte, e contra todo elemento e contra tudo que prejudica essa união”⁴³.

Na entrevista concedida no final de 1933, o general começa alertando para a complexidade de que se reveste o problema militar, pelos erros do passado, e proclama que “o Exército tem que retomar a sua finalidade, não deixando mais haver confusões que a desnaturem e tornando impossível que outros elementos de força perturbem a sua existência ou operem em sentido paralelo ou divergente com ele”⁴⁴. Coloca-se a questão do monopólio da força, quando parte da renovação interna já se havia concretizado. Desta forma retoma-se a importância do poder político como centro de decisões capaz de fortalecer a concentração da força no Exército, na medida em que este poder é

centralizado no executivo federal. O Exército e a Marinha, como únicas instituições nacionais, devem congregiar em torno de si as demais forças da nacionalidade, fazendo de sua política, a política da Nação. Esta se define, nos quadros da crise do capitalismo após a Grande Guerra (1914-1918), seguindo o mesmo caminho de outras nações como “a Itália, os países iberos, a Alemanha, o Japão e a Turquia” (“e, sem citar a própria Rússia, que, humanizando-se cada vez mais, vai entrando para a fase definitiva de estabilidade e progresso nacional”)^{45 46}. O ponto essencial destas mudanças é o nacionalismo econômico com intervenção do Estado, e, curiosamente, a diferença do caso brasileiro situa-se no papel da burguesia que, nos outros países,

[...] tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da depressão econômica e financeira e da depressão moral. Ela procura um meio, mais racional e mais



fácil, de salvar-se, fazendo, para isso, o sacrifício mesmo de seus preceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico... A burguesia brasileira, porém, não quer compreender o estado de necessidade que se criou para o mundo inteiro e não quer abdicar de certos privilégios em benefício da nacionalidade. E persiste no desejo de reproduzir os erros com a adoção do mesmo regime político, das mesmas normas e costumes que temos de abolir, por bem ou por mal⁴⁷.

Diante desta resistência burguesa cresce o papel do Exército como elemento construtor da nova realidade sócio econômica; para tanto retorna a questão do fortalecimento do Exército e da reforma de sua estrutura que, acentua Góes, ele mesmo deve realizar. Os pontos principais abordados são a estrutura de promoções e acesso aos postos do oficialato e ao posto de

sargento, que devem ter uma seleção mais rigorosa, e a justiça militar: “Para o Exército e para a Marinha, há necessidade de justiça de exceção, no interesse da disciplina e no interesse da defesa das instituições e dos órgãos destas. Esta justiça tem que ser militarizada e a magistratura tirada do próprio Exército e da Marinha. Todas as questões do Exército devem ser resolvidas dentro do próprio Exército, e com o próprio Exército”⁴⁸.

Após a vitória sobre São Paulo, Góes, promovido a general-de-divisão, é nomeado Inspetor de Regiões Militares, cargo que facilitava sua movimentação. Paralelamente desenvolve trabalhos em prol dos objetivos que agora se propunha. Para a unificação do Exército, seu trabalho mais significativo é na presidência da Comissão de Revisão das Reformas Administrativas, criada para estudar a reintegração ao Exército dos oficiais subalternos afastados pelo envolvimento no movimento constitucionalista. Góes Monteiro, na abertura dos



trabalhos, apresenta seus objetivos na comissão: “Acho que devemos aproveitar a oportunidade para sugerir ao governo tudo quanto sirva para o saneamento das nossas fileiras, sem qualquer preocupação de caráter faccioso, mas no interesse de fortalecer a união do Exército, pela seleção de seus elementos componentes”⁴⁹. Nesse sentido Góes propõe o fim da tradição de anistias amplas, aproveitando-se a ocasião para efetuar uma seleção dos elementos realmente adequados à profissão militar:

[...] nessas anistias, sobretudo nas dos últimos dois anos, tivemos a infelicidade de ver voltar às nossas fileiras elementos que para elas não serviam por inutilizados completamente. Não preciso citar nomes. Sabeis que os há traidores, homens indignos, e mesmo ladrões que, beneficiados com esse instituto, tornaram a figurar nas fileiras. [...] A anistia ampla, como negação absoluta do delito, o esquecimento do crime, a extensão mais ampla que se podia dar às consequências da

anistia, permitiram essa anomalia, que, infelizmente, só serviu para encher o Exército de figuras indesejáveis, que dele já estavam virtualmente afastadas, tal o grau de indignidade que os caracterizava⁵⁰.

A ideia de Góes era estudar os casos particulares, não só no movimento paulista, mas em seus antecedentes, avaliando o interesse das Forças Armadas em tê-los de volta.

A instrumentalização da Comissão para efetivar um expurgo não encontra boa repercussão entre os membros, principalmente pela impraticabilidade de uma análise adequada de todos os casos. Uma contestação mais direta é feita pelo tenente-coronel Ary Pires: “Não se trata, no momento, de investigar a vida passada dos oficiais que se revoltaram contra o governo provisório, mas de apurar as ações praticadas por cada um deles durante a revolução”⁵¹. Diante das reações e dificuldades encontradas, o general Góes concorda em propor a suspensão de todas as pu-



nições e deixar os crimes cometidos para posteriores inquéritos administrativos, propondo a criação de um quadro especial para os reintegrados, para não prejudicar ninguém. No seu relatório final, Góes aponta para as dificuldades da investigação, para o fato de que combater o regime foi o menor crime, pois “muito mais grave para o próprio Exército e que esta Comissão não deve olvidar, foi a atitude de uma massa de oficiais ficarem inativos e não tomarem partido, preferindo comodamente deixar-se ficar presos momentaneamente ou sob palavra”⁵².

O outro ponto, e talvez o mais importante, da ação de Góes neste período, é sua participação nos debates sobre a nova constituição. Nomeado membro da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional, Góes apresentará suas ideias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais racional e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido clarifica-se uma

proposta autoritária que vai da restrição de direitos individuais à concentração de poder pelo Executivo. Logo na discussão do preâmbulo, aceita a inclusão da liberdade entre os objetivos constitucionais, desde que compatível com o equilíbrio social e que não prejudique a segurança nacional. Suas concepções políticas encontram resistência dentro da comissão, composta por diversos elementos simpáticos à ideia de fazer apenas uma revisão da Constituição de 1891. Defende um Estado integral, corporativo, composto de um Executivo forte, de uma câmara classista e um conselho político, representando igualmente todos os estados, com poder de veto sobre as decisões da câmara:

O interesse nacional e, por conseguinte o interesse coletivo, deve ser a resultante dos interesses parciais, isto é, dos interesses das classes; e a lei, que corresponde às necessidades de tais interesses, deve resultar da colaboração do governo com a assembleia assim constituída. Se alguma



vez houvesse uma colisão dos interesses das classes com os interesses gerais ou nacionais, então interviria um órgão capaz de vetar essa resolução, composto de dois representantes políticos de cada estado, mas sem as funções do antigo Senado. Seria o grande Conselho da República ou o Conselho Supremo Nacional, como foi dito⁵³.

Vendo-se isolado, Góes termina por apoiar a Câmara mista defendida pelo governo. Os supremos interesses da defesa nacional levam-no a apoiar diversas medidas: a restrição dos direitos dos naturalizados, a nacionalização da cabotagem, bem como o “controle” federal de todos os meios de transporte e comunicação e o serviço militar obrigatório, para ambos os sexos, entre 14 e 60 anos. Defende a inclusão de todos os dispositivos sobre a organização militar num único capítulo, intitulado Defesa Nacional, sendo encarregado de relatar este capítulo. No decorrer dos trabalhos, entretanto, verificará a dificuldade de manter esta orga-

nização, terminando por oferecer um conjunto de sugestões para serem encaixados onde melhor conviessem.

As propostas de Góes não trazem inovações de peso, mas modificações de detalhe. A grande novidade é a criação de um Conselho de Defesa Nacional (CSDN), encarregado, em princípio, do estudo e coordenação das questões relativas à defesa nacional, mas com atribuições a serem definidas em lei. Composto, ao menos, pelo Chefe da Nação, secretários de Estado e chefes de Estado-Maior do Exército e da Armada, o CSDN cria um primeiro debate quando Góes propõe o seguinte item: “As decisões do CSDN serão de observância obrigatória, ficando sujeitos ao *referendum* da Assembleia Nacional quando envolverem aumento de despesa ou venham contrariar qualquer lei federal”⁵⁴. Contra esta redação levanta-se João Mangabeira, preocupado com a possível exorbitância por um órgão de poder executivo de função legislativa e até com o poder



de ir contra a lei. É aprovada uma proposta alternativa, redigida por Melo Franco, contendo a ressalva de que serão obrigatórios os atos e resoluções do CSDN “praticados de acordo com a sua competência especial, que será regulada por lei”⁵⁵.

Dois outros temas provocam alguma discussão. O primeiro deles refere-se à perda de patente e posto por oficiais condenados a penas de mais de dois anos, já existente na Constituição de 1891, que é apoiado por Góes. João Mangabeira considera esta discriminação por prazos injusta, e propõe que um tribunal julgue, em qualquer caso, sobre a conveniência do retorno às fileiras, sugestão aceita por Góes, com a ressalva de uma definição cuidadosa dos casos na lei, para evitar a permanência de indivíduos indesejáveis, mantendo o quadro de oficiais intocável. O outro ponto, muito interessante, é uma proposta de Góes isentando de responsabilidade os subordinados, por atos praticados no cumprimento de “ordens expressas”

de seus superiores. Surgem dois problemas: o que é uma “ordem expressa” e a posição de um subordinado diante de uma ordem ilegal. A questão da ordem expressa, muitas vezes inapurável, é resolvida pela substituição por “ordem escrita”, mais limitada, porém mais eficiente, com a ressalva de Góes de “que todo oficial consciente do seu dever e de sua honra militar mantém sua palavra”. O problema da legalidade da ordem, levantado por Mangabeira, recebe de Góes apenas uma resposta indireta; ele “acha necessário garantir, sobretudo os quartéis que são o alvo da técnica revolucionária dos agentes modernos. O comando tem que tomar medidas enérgicas. Quem não obedecê-las que pague com a sua imprudência”⁵⁶.

Finalmente, dois pontos do projeto são derrubados pela comissão. Não por acaso ambos dizem respeito a questões de defesa interna, onde Góes procura fortalecer constitucionalmente o poder do Executivo e das forças armadas. O primeiro item derru-



bado é a proibição de *habeas corpus*, prevista por Góes para as transgressões disciplinares e crimes militares, gerando polêmica sobre o possível erro judiciário e, principalmente, sobre a ascendência do Supremo Tribunal Federal sobre o Supremo Tribunal Militar. A posição de Góes e Osvaldo Aranha nega qualquer ingerência do primeiro, como afirma Aranha: “Toda a vez que a autoridade civil decidir, num caso militar, traria a anarquia e a indisciplina no seio do Exército”⁵⁷. No extremo oposto, João Mangabeira defende o direito de recurso ao STF, cúpula da Justiça, nos crimes militares. A posição intermediária é defendida por Temístocles Cavalcanti e por Melo Franco, que só aceitam, mas o admitem, o *habeas corpus* concedido pelo STM, excetuando também os casos de transgressões disciplinares deixando em aberto, por omissão, o polêmico caso de nos crimes militares caber um possível recurso ao STF. A outra rejeição, e o ponto mais importante, atingiu o parágrafo

seguinte: “Em caso de luta civil, pode o governo tomar medidas e praticar atos de guerra, mesmo sem decretar a mobilização, de acordo com a legislação especial a respeito”⁵⁸.

Aqui se esboça a famosa equiparação ao estado de guerra em caso de comoção intestina grave, de tanta utilidade para o governo após a tentativa de insurreição comunista de novembro de 1935. Góes volta aqui a um tema que já esboçara em sessão anterior, ao serem votadas diversas limitações ao estado de sítio, quando Góes fez críticas à extensão das imunidades, e acrescentou: “E não será apenas com estados de sítio que o governo poderá restabelecer a ordem e defender os órgãos do Estado contra possíveis atentados. Há incontestavelmente necessidade de outras medidas”⁵⁹. Aqui se apresentavam as outras medidas: como atos de guerra o governo poderia suspender todas as garantias e direitos constitucionais, efetuar julgamentos em foro militar (Góes lamentava



que a comissão não tivesse aceitado a ideia de tribunais especiais) e aplicar inclusive a pena de morte. Góes defende a vigência do dispositivo, cujas medidas extraordinárias seriam reguladas na lei de defesa do Estado, que se deveria votar, apontando que em 1932, contra os paulistas, haviam sido de fato executados atos de guerra. Sem esse parágrafo, “quer ver como ficará o Governo quando houver um movimento como o de 1930”⁶⁰. Diante da reação coletiva, Melo Franco, que timidamente apoiava Góes, propõe uma nova redação, substituindo as “medidas e atos de guerra” por “medidas militares extraordinárias para restabelecer a ordem, nos termos desta Constituição e da Lei de Segurança do Estado, que for decretada pela assembleia nacional”, sem decretar a mobilização. A modificação é rejeitada por Góes, que vê ali seu propósito mutilado, por medidas não definidas. Na votação final o dispositivo é suprimido, contra os votos de Góes e Melo Franco.

Se no anteprojeto, elaborado por uma comissão nomeada pelo ministro da Justiça, encontravam-se vozes discordantes de corte liberal, refletindo as diversas forças políticas que sustentavam o governo Vargas, mais ainda na Constituinte, acrescida dos grupos oligárquicos aliados do poder, mas com máquinas eleitorais ainda em bom funcionamento, era de se esperar que se fizessem limitações a possíveis exorbitâncias do poder Executivo. Um pequeno exemplo disto é a legislação sobre o estado de sítio, cuja regulamentação e restrições são ainda mais rígidas na Constituição de 1934.

Deve-se ter claro que, desde o início, Góes tinha consciência destas limitações e se preparava para uma possível crise. O ponto principal de sua participação não é, como poderia parecer, uma tentativa de fazer uma reforma política através da nova constituição, mas preservar ao máximo a independência das Forças Armadas e a capacidade de manobra do Poder Executivo, onde o



Exército podia encontrar um aliado valioso em momentos de dificuldade. Ao terminar os trabalhos, ele é bem claro: “Julga admirável o trabalho dos companheiros de comissão naquilo que pode apreender e julgar, mas doutrinariamente, como se sabe, é contra o Estado como foi previsto pelo projeto. Como disse o Sr. João Mangabeira, não é pelo regime democrático. Mais tarde, os responsáveis pelos destinos do Brasil hão de se convencer de que ainda é cedo para entrarmos nesse regime, tal como foi instituído em 1889 e que nós, de certa maneira, mantivemos”⁶¹.

O momento constitucional significa, até certo ponto, um impasse entre um grupo que se encontra no poder e outro que faz as regras. O peso ideológico e eleitoral do liberalismo clássico, representado pelas oligarquias, ensaia um retorno a mecanismos de legitimação que entraram em crise no decorrer da década de 1920, negando ao governo o caminho da estabilidade pela força. A Constituinte se reúne sob um

governo que faz ministro da Guerra um general que se declara publicamente contra a democracia. O grupo no poder se prepara para fazer valer suas ideias, seja em confronto com as oligarquias, seja com sua adesão (mesmo parcial) quando entrassem em cena novos atores. É preciso apenas esperar o momento:

O recurso [...] é curvar-se à apregoada soberania do povo, contra o próprio povo, à denominada soberania da Nação, contra a própria Nação. É do destino das nações suicidas. [...] Não é o caso, porém, de se prever a intervenção delas [as Forças Armadas] nos negócios pertinentes à Assembleia Constituinte. Essa intervenção seria indébita, contraproducente, dissolvente e talvez fatal. Para o bem delas e da Nação – o melhor partido a tomar será não apresentarem sintomas de nervosidade e de precipitação, contanto, porém, que permaneçam alertas e dispostas ao ataque, quando o inimigo interior ou externo mostrar as suas garras⁶².



Ao iniciar-se o ano de 1934, o prestígio do General Góes está em alta, cogitado para a presidência da República e – logo em seguida – nomeado para o Ministério da Guerra. A candidatura à Presidência, lançada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), não é assumida publicamente em nenhum momento e, nas vésperas da eleição, Góes chega a escrever a constituintes militares recusando o apoio. Contra a neutralidade de Góes vai Cordeiro de Farias que afirma ter visto os discursos de Cristiano Machado, do PRM, emendados pelo próprio Góes Monteiro⁶³.

Pouco antes de assumir a pasta da Guerra, Góes encaminha a Getúlio um relatório sobre os problemas da defesa nacional. Com sua posse, este documento vai servir de base às reformas realizadas e terá ampla divulgação entre os ministros e chefes militares. É aqui que encontramos o projeto político e militar do General Góes Monteiro expresso em sua forma mais aca-

bada. O documento se divide em três partes: uma carta a Getúlio em que aborda a política brasileira, uma parte intitulada “Política da Guerra” em que defende a preparação do Brasil para um conflito internacional e uma parte intitulada “Problemas do Exército”, na qual apresenta as reformas de que este necessita (esta parte vem com a nota – Confidencial). Ao encaminhar esta última parte, Góes recusa a indicação para ministro: “De outro modo, devo dizer a V. Exa., prefiro continuar a prestar minha contribuição ao Exército, fora do governo, prontificando-me, quando for oportuno e se fizer a recomposição ministerial, auxiliar V. Exa. na escolha do novo ministro da Guerra” – quatro dias depois ele tomava posse⁶⁴.

O relatório encaminhado a Getúlio se abre com as críticas à Constituinte “processo clássico do liberalismo moribundo” que costuma apresentar “resultados medíocres”. Por sua adoção “a Revolução Brasileira está dei-



xando de ser Revolução”⁶⁵. O Brasil se ressentia da inexistência de uma “ideia diretriz”, um objetivo político para o governo mobilizar as forças nacionais escapando do dilema: “Massa embrutecida e submetida à servidão. Elite envilecida, parasitária e exploradora”. A Revolução deveria ter aproveitado a posição de força e realizado uma reforma centrada em três pontos: fortalecimento do nacionalismo, regulação da vida econômica e reorganização do Estado. Para isso o governo deveria ter criado um partido de apoio – “social nacionalista” – e fortalecido os elementos de segurança, as Forças Armadas e policiais. Como medidas complementares viriam “a educação sistemática do povo, a orientação vigorosa da imprensa e dos outros meios de propaganda e de educação e a maior extensão dos serviços públicos, inclusivamente os das zonas rurais”.

A segunda parte da exposição começa ressaltando que “a questão da Segurança Nacional

prima sobre tudo o mais”, defendendo a necessidade de se fazer uma política de guerra, dotando o país de um plano de guerra. Volta-se aqui à lição da Missão Militar Francesa de escolher o inimigo mais provável, “a mais poderosa nação sul americana” e assegurar a superioridade nacional. A previsão de uma guerra mundial é esclarecedora para a posição adotada alguns anos depois:

No caso de uma guerra extra-continental, desde que não sejamos atacados pelo mar e que não tenhamos de temer uma invasão séria através de nossas fronteiras terrestres, a situação poderá modificar-se em nosso favor, conforme as circunstâncias da nossa entrada na luta, ao lado de um dos dois grupos de potências que se defrontem. A nossa política tradicionalmente indica, com os nossos interesses vitais, que nos associemos ao grupo do qual fizer parte a maior nação americana. Assim, haverá entre outras vantagens, a que resulta do suprimento obrigatório do aparelhamento de guerra, equi-



pamento e mais material indispensável à mobilização das nossas tropas⁶⁶.

O ponto de partida na preparação do plano de guerra devia ser a ordem interna, colocada a cargo da polícia “em ligação íntima com o serviço secreto do Estado-Maior”.

O ponto seguinte da exposição é a organização da cadeia de comando, expressa nos seguintes órgãos:

a) O Conselho Supremo da Defesa Nacional, já referido na elaboração do projeto constitucional, encarregado de fazer a ligação entre os órgãos técnicos e a política;

b) O Alto Comando encabeçado pelo Chefe da Nação, comandante supremo das forças militares, seguido pelo Ministério da Guerra, encarregado de “prover o Exército de todos os meios, em pessoal e material”, o Estado-Maior do Exército (EME), órgão técnico, que deveria exercer o comando em campanha e os comandos de grandes unidades;

c) O Conselho Superior de Guerra, encarregado de estudar os planos técnicos elaborados no EME.

Esta organização, que atribui função política ao Ministério, deixando o comando técnico nas mãos do Estado-Maior, foi realizada por Góes enquanto ministro, sendo mais tarde desfeita durante o Estado Novo. Góes concluíra sugerindo que uma percentagem das rendas estaduais fosse utilizada na Defesa Nacional, principalmente na aquisição de material.

A terceira parte, sobre problemas do Exército, começa passando rapidamente pelo suprimento de material, problema de difícil abordagem devido à escassez de recursos mas que exige um planejamento para aquisição e fabricação, ressaltando a indústria aérea e química e a siderurgia. Em seguida fala dos problemas de pessoal, solicitando como ponto de partida “o poder discricionário concedido ao próprio Exército para resolver os problemas que lhe afetam os seus



fundamentos”. O Exército é definido como escola e oficina para a defesa nacional, apoiado pela educação, a imprensa e a economia, sob a direção do Estado, e ressalta: “as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando prejudiquem [a Defesa Nacional]”.

Góes Monteiro propõe um programa de sete anos em que se comece pela unificação da educação moral e cívica, pelo Ministério da Educação e Saúde, e pela execução integral da lei do serviço militar. Em seguida deverão ser reformuladas a lei de promoção, a lei de movimento dos quadros, o recrutamento da tropa e de reservas, a questão das polícias estaduais que devem ser subordinadas ao EME, o problema dos sargentos⁶⁷, que devem ser reaproveitados no serviço público após o seu tempo útil de serviço, e finalmente, a reforma dos Tiros de Guerra e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs). Góes conclui: “num país novo como o Brasil, um Exército bem organizado é o ins-

trumento mais poderoso de que dispõe o Governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo”.

O conjunto de propostas apresentado por Góes desde a publicação de seu livro até a exposição encaminhada a Getúlio pode ser dividido em dois grupos de medidas, referentes à constituição do Estado e à do Exército, que para ele estavam misturadas. É a proposta de reforma do Exército que vai permitir a construção do apoio militar necessário às mudanças institucionais, depois de afastados os obstáculos políticos dentro e fora da organização.

O período que se segue até a implantação do Estado Novo permite a Góes começar a reforma do Exército, tomando medidas de apoio geral, e afastar os projetos divergentes quanto à organização do Estado brasileiro, representados por setores de esquerda e pelo regionalismo gaúcho. O Estado Novo, por sua



vez, será o momento máximo do projeto de Góes Monteiro que, mesmo se desagregando enquanto instrumento de governo, permanece enquanto ideologia da unidade militar como ator político.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de periódicos

CARVALHO, J. M. de. Armed Forces and Politics in Brazil, 1930-45, *Hispanic American Historical Review*, n. 62 (2), pp. 195, 1982.

COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1985.

KLINGER, B. Parada e desfile numa vida de voluntário do Brasil, na primeira metade do século. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 356, 1958.

Capítulos de Livros

BOMENY, H. M. B. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In

GOMES, A. M. de C. (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FLYNN, P. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YOUNG, J. Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Livros

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

AZEVEDO, J. A. M. *Elaborando a Constituição Nacional*. Belo Horizonte: [s.e.], 1933.

BARROS, J. A. L. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

CAMARGO, A; GÓES, W. *Meio século de combate: diálogo com*



Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

COUTINHO, L. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

FONTOURA, João Neves. *Por São Paulo e pelo Brasil*. São Paulo: [s.e.], 1933.

MICELI, S. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MONTEIRO G. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s.d.].

SMITH, P. S. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. Bundoora: La Trobe University Institute of Latin American Studies, 1979.

NOTAS

¹ CAMARGO, A; GÓES, W. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 168.

² COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

³ O discurso de José Américo foi publicado como prefácio em MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d., p. 9.

⁴ O primeiro trabalho publicado sobre Góes foi SMITH, Peter Seaborn. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. La Trobe University Institute of Latin American Studies, Bundoora, 1979. Em 1983, Smith mostrou-me uma longa biografia de Góes que escreveu, mas, depois disso, não tive outras notícias do trabalho.

⁵ Chama a atenção – e exige um estudo mais sistemático – a semelhança entre as origens de Góes e dos tenentes analisados por Sérgio Miceli, *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977. Família decadente, orfandade e prole numerosa levam ao exército oficiais sem padrinho, aparentemente característicos do período em estudo.

⁶ O artigo de 1908 foi reproduzido – sem indicação de fonte – no *Anuário Militar do Brasil* de 1935.

⁷ Isso é geralmente assumido na bibliografia sobre o tema, sem que, no entanto, um estudo cuidadoso da Missão tenha sido feito.



⁸ *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Este pequeno livro foi escrito por Góes Monteiro em 1925 e permanece inédito no Brasil. A introdução e a conclusão foram publicadas em SMITH, *Op. Cit.* O original está no Arquivo Góes Monteiro, no Arquivo Nacional (daqui por diante AGM-AN). As citações a seguir têm a mesma origem, salvo indicação contrária.

⁹ COUTINHO, L. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, p. 9.

¹⁰ BARROS, J. A. L. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 239.

¹¹ Carta de Góes a esposa. São Caetano, 24/07/1924. AGM-AN.

¹² Carta de Góes ao Presidente Bernardes. S.d. AGM-AN. Esta carta levou Peter S. Smith a sugerir que Góes agia como espião de Bernardes junto às forças legais. SMITH, *Op. cit.* p. 5.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. AGM-AN.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

¹⁹ Carta de Góes a Caiado de Castro, 30/6/1930. AGM-AN.

²⁰ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/4/1930. AGM-AN.

²¹ Carta de Góes a Caiado de Castro, 29/7/1930. AGM-AN.

²² “Organizar para realizar”. Carta de F. C. Buys a Getúlio Vargas, 13/9/1930. AGM-AN. O capitão Buys participa ativamente das organizações tenentistas após 1930. Ver as informações em BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Ângela Maria de Castro (coord). *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 144.

²³ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

²⁴ Carta de Góes a Osvaldo Aranha, AO 30.08.20/5, CPDOC.

²⁵ “Um dos aspectos mais fascinantes do desenvolvimento político do Brasil depois da revolução de 1930 tem sido o fato de que os acontecimentos de 1930 não se repetiram. Toda ação militar na arena política tem sido executada pelos oficiais mais elevados na hierarquia do exército, e não houve a repetição de oficiais jovens contestando, tomando o controle e então sendo reincorporados ao *establishment* militar”. YOUNG, Jordan. Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro:



ro: Paz e Terra, 1979, pp. 16-17. Isso faz parte da contribuição de Góes Monteiro para a história do Exército mas, ao contrário do que Young dá a entender, as manifestações de oficiais jovens continuaram a ocorrer, sendo sistematicamente derrotadas.

²⁶ Diz Jordan Young: “Antes, durante e depois da revolução, Góes Monteiro impediu quaisquer expurgos em massa nas fileiras do generalato, desejados pelos tenentes”. *Op. Cit.*, p. 16. Góes era, provavelmente, o maior interessado nos expurgos que, mesmo contidos, ainda foram significativos.

²⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 588.

²⁸ Certamente não se deveu apenas à vaidade a decepção de Góes Monteiro, cujo nome não é citado – anátema? – por Tasso. Na versão de Góes: “Aconteceu no ponto de vista operativo a hipótese mais favorável, pela sublevação da guarnição da Capital Federal; do ponto de vista revolucionário porém a diretriz geral foi alterada em prejuízo da revolução brasileira, devido à calculada intromissão de aproveitadores sagazes para forçar a situação em proveito próprio”. *Op. Cit.*, pp. 86-87.

²⁹ FONTOURA, João Neves. *Por São Paulo e pelo Brasil*. São Paulo: [s.e.], 1933, p. 53.

³⁰ Sobre a Legião Revolucionária ver FLYNN, Peter, “A Legião Revolucionária e a Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Op. Cit.* e BOMENY, Helena. *Op. Cit.* O manifesto foi publicado no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/11/1930.

³¹ MONTEIRO G. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s.d.], p. 198.

³² Pacto de Honra. Absolutamente secreto. 24/2/1931. AGM-AN.

³³ FONTOURA, João Neves da. *Op.cit.*, p. 52-53: “em cada Estado, o comandante da Região que era um general, tinha como sentinela um oficial de patente subalterna. Na minha terra, o general Francisco Ramos de Andrade Neves deveria ser policiado pelo íntegro e bravo capitão Alcides Etchegoyen, se tanto aquele como este não houvessem repellido a inacreditável manifestação de loucura soviética”.

³⁴ KLINGER, B. Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil, na primeira metade do século. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 356, 1958, p. 356.

³⁵ GV 31.05.02/1. Para a análise destas organizações revolucionárias e as reações que despertou no Exército ver José Murilo de Carvalho. *Armed For-*



ces and Politics in Brazil, 1930-45, *Hispanic American Historical Review*. 62 (2), 1982, pp. 195ss.

³⁶ BKj 31.11.14 e BKj 31.11.28.

³⁷ COUTINHO, op.cit., p. 157.

³⁸ Ibid., p. 100.

³⁹ Este grupo se destacou pela qualificação profissional e não pela unidade ideológica. A conservação da unidade exigirá ainda o afastamento de alguns.

⁴⁰ MONTEIRO, op.cit., p. 100.

⁴¹ Ibid., p. 110-111 e 146-152.

⁴² Ibid., p. 132-136.

⁴³ Ibid., p. 152.

⁴⁴ Ibid., p. 155.

⁴⁵ Ibid., p. 158-159.

⁴⁶ São, para Góes, os grandes homens do momento: Mussolini, Hitler, Mustafa Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar.

⁴⁷ MONTEIRO, op.cit., p. 157-159.

⁴⁸ Ibid., p. 170.

⁴⁹ Comissão de Revisão das Reformas Administrativas – ATAS”. AGM_AN.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

⁵³ As atas das reuniões da comissão estão em AZEVEDO (1933). A citação é da p. 351.

⁵⁴ Ibid., p. 900.

⁵⁵ Ibid., p. 902.

⁵⁶ Ibid., p. 920.

⁵⁷ Ibid., p. 921.

⁵⁸ Ibid., p. 907.

⁵⁹ Ibid., p. 458.

⁶⁰ Ibid., p. 908.

⁶¹ Ibid., p. 1278.

⁶² OA 34.01.29/2. Este documento, amplamente divulgado no governo em janeiro de 1934, será analisado em seguida.

⁶³ Carta de Góes Monteiro, 6/7/1934, AGM-AN. FARIAS, in p. 168. A tradição guarda de Góes a imagem de eterno candidato: “Na vida, o que o general Pepito soube fazer bem – foi politicagem. Politicagem de comadres, brigas domésticas, às quais, infelizmente, os nossos líderes estão afeitos. O supremo sonho de toda sua vida, ele jamais viu realizado: a Presidência da República. Várias vezes teve o governo a seu alcance, mas forças adversas o empurraram para longe. Pepito ia para o armário, tirava a garrafa de Serra Grande e afogava as suas mágoas”. Biografia satírica (incompleta) do general Góes Monteiro existente no Arquivo Salgado Filho, no Arquivo Nacional.

⁶⁴ GV 34.01.18/2. A posse foi em 22 de janeiro. No fim da carta a Getúlio, junto ao cumprimento datilografado “Admor. Atº, Amº e Crdº”, Góes escreve “e subordinado”. O Ministério foi – quem sabe? – uma ordem recebida.



⁶⁵ Esta e as citações a seguir são de AO 34.01.29/2.

⁶⁶ Na Segunda Guerra Góes foi consagrado como simpatizante do Eixo. Ao que tudo indica, ele sabia que a posição do Brasil seria ao lado dos Aliados, mas divergia quanto às formas e os prazos de consolidar esta aliança, na esperança de obter mais para o Exército brasileiro. Em sua opinião, o Brasil não deveria permitir que forças estrangeiras participassem da defesa da nossa costa.

⁶⁷ COSTA, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1985.